CONTEMPORÂNEOS
REVISTA DE ARTES E HUMANIDADES
Edição nº 27
Estudos de Gênero II
NOVEMBRO DE 2026 A ABRIL DE 2027

ÉTICA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA[1]

ETHICS, IDENTITY, AND EDUCATION:
REFLECTIONS ON SEXUAL DIVERSITY IN SCHOOL.

Michael da Silva Nascimento[2]
Cátia Cilene Farago [3]

RESUMO
A concepção de uma educação permeada pela diversidade é um longo caminho a se percorrer. Não é possível definir a sexualidade humana sem deixar escapar algumas possibilidades de construções identitárias plurais e densas, pois a tentativa de definir uma identidade é a de limitá-la. Há uma ampla variedade de práticas, condutas e procedimentos, tão vasta quanto as pulsões humanas, assim "a vivência da diversidade se inicia na mente, exterioriza-se no corpo, expressando desejos, condicionando comportamentos e relações sociais" (BENEDETTI, 2005, p. 55, *apud* AGNOLETI; NETO, 2008, p. 58). Partindo da compreensão de que gênero é uma construção social, este artigo busca refletir sobre alguns argumentos presentes no senso moral, permeado por estereótipos e preconceitos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, que estimulados visam sedimentar um ambiente social e escolar não inclusivo para estudantes LGBTQIA+. Nesse sentido, a educação deve ser compreendida como meio de reconhecimento e afirmação dos direitos humanos e da diversidade existente entre as pessoas.
Palavras-chave: Diversidade sexual; Direitos Humanos. Educação.

ABSTRACT
The conception of an education permeated by diversity is a long road to traverse. It is not possible to define human sexuality without overlooking some possibilities of plural and dense identity constructions, as attempting to define an identity is to limit it. There exists a wide variety of practices, behaviors, and procedures, as vast as human impulses, hence "the experience of diversity begins in the mind, externalizes in the body, expressing desires, conditioning behavior and social relations" (BENEDETTI, 2005, p. 55, apud AGNOLETI; NETO, 2008, p. 58). Starting from the understanding that gender is a social construct, this article seeks to reflect on some arguments present in moral sense, permeated by stereotypes and prejudices regarding sexual orientation and gender identity, which, when stimulated, aim to solidify a non-inclusive social and school environment for LGBTQIA+ students. In this sense, education should be understood as a means to recognize and affirm human rights and the existing diversity among people.

[1] Artigo produzido a partir das reflexões realizadas na disciplina de Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação sobre a orientação da Prof.ª Doutora Cátia Cilene Farago IF Baiano.
[2] Licenciando em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano-Campus Santa Inês. E-mail: michaelnascimentoknoward@outlook.com..
[3] Professora de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IF Baiano-Campus Santa Inês. E-mail: catia.farago@ifbaiano.edu.br.

Keywords: Sexual diversity. Human rights. Education.

1 INTRODUÇÃO

A inserção da temática de gênero e diversidade sexual na escola tem sido objeto de esforço e discussões por parte de grupos de educadores, pesquisadores e poder público no Brasil, onde destacamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007). Este último, um conjunto de ações educativas cujo objetivo buscou promover a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e, sobretudo, da diversidade numa perspectiva de uma educação mais inclusiva e igualitária. No entanto, após um período de ode ao obscurantismo e flerte com o conservadorismo e sua face mais preconceituosa, é importante reconhecer que ainda há desafios a serem enfrentados, pois mentalidades arraigadas e práticas educativas preconceituosas persistem na sociedade.

Com base nos estudos de Freire, Haddad e Ribeiro (2007, apud CAMPOS, 2015, p. 1), podemos compreender que a construção de uma política pública de educação em gênero e diversidade requer não apenas a elaboração de leis, mas também a transformação de mentalidades e práticas arraigadas na sociedade. A diversidade sexual ainda é vista, por muitos, como algo patológico (doença), e práticas discriminatórias e excludentes persistem nas escolas.

Essas mentalidades e práticas refletem concepções reducionistas e normativas sobre sexualidade e gênero, ignorando sua dimensão histórica e social. Ao analisar a abordagem da temática sexualidade nas escolas, constata-se que, mesmo após quase vinte anos da proposta de transversalização dessa temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), essa proposta não se efetivou plenamente, devido a diversas razões, como a proliferação da desinformação/desconhecimento e falta de capacitação aos educadores em relação ao tema.

É imprescindível reconhecer que a sexualidade humana é uma construção pessoal e social que vai além de questões biológicas e reprodutivas. Ela é um processo complexo que envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos. A dimensão de gênero, por sua vez, refere-se à construção social do sexo anatômico, sendo resultado da cultura e da realidade social.

Diante desse cenário, torna-se essencial promover uma abordagem da sexualidade, gênero e diversidade sexual na escola que vá além de aspectos biológicos e disciplinares, problematizando significados e sentidos heteronormativos e preconceituosos. A escola, enquanto espaço de formação humana, deve contribuir para a humanização dos indivíduos, permitindo a compreensão e transformação da realidade. Em suma, a introdução evidencia que, apesar dos marcos legais e das políticas públicas voltadas para a diversidade, a efetivação de uma educação inclusiva esbarra em resistências culturais e na falta de formação docente, exigindo uma abordagem que transcenda a biologia e em frente a heteronormatividade.

2 A COMPLEXIDADE DA IDENTIDADE DA PESSOA HUMANA

Nesse sentido, é urgente que o ensino e a pesquisa em Ciências, assim como outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, se aproximem da temática da diversidade sexual, produzindo conhecimentos que fundamentem as discussões em torno desse tema. Somente com a revisão e a alteração de sentidos sobre a sexualidade, gênero e diversidade sexual, será possível construir uma educação ética, inclusiva e comprometida com a formação de cidadãos conscientes das relações sociais e respeitosos à diversidade.

A compreensão da identidade da pessoa humana deve ser analisada a partir de dois prismas: a identidade sexual e a identidade de gênero. É a partir da identidade sexual que se forma a orientação sexual. Gênero e sexualidade são duas faces da mesma moeda de um processo mais amplo que é usado para o controle social e a manutenção da ordem. Assim:

> Os (pré)conceitos, cultural e socialmente estabelecidos, acerca das atribuições de gênero masculino e feminino, determinam que os homens, desde a mais tenra idade, sejam estimulados a competitividade, que se projetem para o exterior, e ainda, que sejam agressivos para conquistarem, não só o espaço que lhes cabe, como também o espaço do outro, em uma reprodução individualizada das guerras por territórios para ampliação dos domínios. Já em relação às meninas, o estímulo são em direção contrária: elas devem ser dóceis, recatadas, ocupando-se em cuidar dos demais e, principalmente, estando sempre prontas a, sem contestação, ouvirem e obedecerem. Qualquer atitude discordante desses parâmetros será vista como um desvio dos padrões normais, e será imediatamente repreendida. A castração dos desejos, e aqui enfatizam-se os sexuais, é imposta como forma de manter o equilíbrio social, uma vez que a atração por pessoas do mesmo sexo, ou de ambos os sexos, atenta contra a moral e os bons costumes. (AGNOLETI; NETO, 2008, p. 61).

O que se define como padrão heteronormativo é o parâmetro para a conduta social das pessoas, compreendido e valorizado como comportamento da maioria, logo o modelo a ser seguido. É com essa compreensão que desde cedo a criança aprende a reprimir sua curiosidade sobre seus próprios órgãos sexuais externos face toda repressão e coerção no que diz respeito à sexualidade. Fatores culturais, sociais, físicos, históricos e financeiros induzem ao controle da sexualidade, da curiosidade e dos desejos, levando as pessoas a condenarem comportamentos que fogem às suas capacidades de compreensão, por vezes por pré-conceito.

A pessoa é uma convergência entre os aspectos biológicos, os psicológicos e os sociais (COSTA, 1994). Uma vez fora da heteronormatividade, as relações tidas como normais (entre pessoas de sexos opostos) levam à exclusão de parcelas significativas de pessoas que interagem de forma diferente, assegurando relações de poder pelas quais se busca dominar e subjugar aqueles e aquelas que fogem a essa norma. Assim, é importante que essa complexidade da identidade da pessoa humana seja respeitada e compreendida, o que é possível à medida que o diálogo seja estabelecido.

Compreender o que quer dizer identidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual é fundamental. A identidade sexual, para Rios (2002, p. 95), é aquela "atribuída a alguém em virtude da direção de seu desejo e/ou condutas sexuais seja para outra pessoa do mesmo sexo (homossexualidade), ou do sexo oposto (heterossexualidade), ou de ambos os

sexos (bissexualidade)". Já a identidade de gênero pode ser compreendida como a forma como uma pessoa se sente e se apresenta para si e para outras pessoas enquanto masculino, feminino ou não-binário, sem que isso esteja vinculado à sua genitália externa.

Bento (2006) compreende a heteronormatividade como uma visão que define gênero como algo que as sociedades criaram para significar as diferenças dos corpos sexualizados com base na dicotomia entre sexos (natureza) *versus* gênero (cultura); dessa forma, cada cultura moldaria e imprimiria suas marcas nesse corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza. Já Butler (2003) analisa que o gênero é uma tecnologia social heteronormativa utilizada pelas instituições médicas, escolares e linguísticas que produzem corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas de se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em seres diferentes, como aparências naturais e disposições heterossexuais naturais, donde a heterossexualidade se apresenta como a matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos.

Por fim, a orientação sexual ou orientação afetivo-sexual, conforme Costa (1994), visa traduzir a orientação afetivo-sexual de cada indivíduo por um membro de outro sexo, do mesmo sexo, ou por ambos os sexos, para deixar claro que esse relacionamento não é só de ordem sexual, mas envolve amor e afeto. Portanto, a compreensão da identidade humana exige o reconhecimento de que sexualidade e gênero são construções sociais complexas, afastando-se de visões essencialistas e promovendo um diálogo que respeite a pluralidade das orientações afetivo-sexuais no ambiente escolar.

3 DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS E CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ÉTICA E INCLUSIVA

A inserção da temática da diversidade sexual na educação é um tópico crucial e desafiador no contexto educacional contemporâneo. Tradicionalmente, a educação tem sido influenciada por estereótipos e preconceitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, o que pode levar a um ambiente escolar não inclusivo e prejudicial para estudantes LGBTQIA+. Desconstruir estereótipos significa questionar e desafiar as ideias preconcebidas que as pessoas têm sobre pessoas LGBTQIA+.

Esses estereótipos podem incluir noções equivocadas de que essa quebra da heteronormatividade é uma fase que as pessoas eventualmente superarão ou que é uma conduta moral errada. Desconstruir esses estereótipos é essencial para criar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Existem várias razões para essa resistência. Em algumas culturas ou contextos religiosos, a homossexualidade e outras identidades de gênero são consideradas tabus ou até mesmo pecaminosas, o que pode levar à rejeição da inclusão desses temas na educação. Além disso, algumas pessoas podem acreditar que a discussão da diversidade sexual é inadequada para crianças e adolescentes, temendo que isso promova a "sexualização precoce" ou vá contra suas crenças morais.

De acordo com as reflexões de Miguel e Oliveira (2020), a questão da sexualização precoce é um ponto central de resistência à inclusão da diversidade sexual na educação. Essa resistência é ilustrada pelo discurso de Thiago Flores, prefeito de Ariquemes (RO) e delegado

da Polícia Civil, que defendeu a decisão de remover conteúdo informativo sobre diversidade sexual dos livros distribuídos nas escolas de sua cidade:

> [...] Temos que parar de queimar etapas. Criança é criança. Uma criança com cinco anos de idade é uma criança com cinco anos de idade. Por que despertar nessa criança conhecimentos voltados a sexo? Acho que a grande questão é justamente esta: estamos queimando etapas e fechando os olhos para os verdadeiros problemas. Uma criança que tenha um português de melhor qualidade, que saiba somar, dividir e multiplicar, que tenha conhecimento da história do seu país e do seu mundo vai ter muito mais facilidade para aprender sobre diversidade sexual, diferença entre gêneros etcétera e tal [...] (MIGUEL; OLIVEIRA, 2020, p. 268).

Esse discurso articula a denúncia da sexualização precoce, a ideia de uma pedagogia natural que não "queima etapas" e o argumento de que o foco da escola deve estar em conhecimentos objetivos. O prefeito argumenta que despertar conhecimentos voltados ao sexo em crianças pequenas é inapropriado, e que elas devem se concentrar em adquirir habilidades mais básicas, como língua portuguesa e matemática. Além disso, o discurso ignora deliberadamente as estatísticas nacionais de violência sexual contra crianças e jovens o elevado índice de gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis:

> A ideia de sexualização precoce, turbinada pelos exageros sobre os conteúdos propostos na educação sexual e as faixas etárias a que eles se destinavam, sustenta-se pela permanência de uma visão idealizada da pureza infantil, há muito superada na psicologia, e pelo desconhecimento deliberado sobre os índices nacionais de violência sexual contra crianças e jovens, gravidez na adolescência ou incidência de infecções sexualmente transmissíveis. (MIGUEL; OLIVEIRA, 2020, p. 268).

A legislação brasileira reflete a importância da promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu Artigo 3º, inciso IV, como um dos princípios do ensino, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", o que inclui o combate a qualquer forma de discriminação, inclusive de gênero. Assim, a resistência à diversidade sexual na escola, frequentemente mascarada pelo argumento da proteção à infância, revela-se um obstáculo político e moral que ignora as reais vulnerabilidades dos estudantes, demandando uma atuação educativa pautada em evidências e no amparo legal.

3.1 Reflexões sobre construção social do conceito de gênero e sexualidade humana na perspectiva educacional

Para compreender a relevância dessa discussão, é fundamental considerar a construção social do conceito de gênero e da sexualidade humana. De acordo com teóricos como Judith Butler, Michel Foucault e Simone de Beauvoir, gênero não é uma categoria biológica e fixa, mas uma construção cultural e histórica que define papéis, comportamentos e identidades sociais associados ao masculino e feminino. Essa perspectiva nos desafia a questionar as

normas de gênero e a refletir sobre como as identidades de gênero são construídas e reforçadas na sociedade.

Ao analisar as reflexões sobre a construção e reforço das identidades de gênero na sociedade, é fundamental considerar a crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir, obra de Maria Luisa Femenías (2013). Nesta obra, Femenías destaca o posicionamento de Butler em questão às identidades de gênero, explicando que elas são performativas e socialmente construídas, afirmando que "... as mulheres são só e exclusivamente seus corpos. A consciência e a liberdade são permutações disfarçadas nas necessidades e urgências de seus corpos" (FEMENÍAS, 2013, p. 323). Isso significa que as identidades de gênero não são simplesmente inerentes aos indivíduos, mas sim construídas por meio de performances e comportamentos que são internalizados desde a infância. A sociedade impõe normas rígidas de gênero que moldam a forma como homens e mulheres devem se comportar, reforçando assim estereótipos de gênero que podem ser limitantes e prejudiciais.

Butler também desconstrói a ideia de que o gênero é naturalmente ligado à anatomia, argumentando que "o corpo nunca pode ser totalmente negado: emerge como uma existência alienada e sua negação" (FEMENÍAS, 2013, p. 323). Isso indica que o corpo físico é uma expressão concreta das identidades de gênero, mas também está sujeito a interpretações e significados culturais. A desconstrução do gênero proposta por Butler (2003) tem implicações significativas para a educação e para a promoção de uma abordagem inclusiva e respeitosa à diversidade de identidades de gênero no ambiente escolar.

No contexto educacional, isso significa que as escolas devem se esforçar para criar ambientes que acolham e respeitem a diversidade de identidades de gênero dos estudantes. Isso inclui garantir que as políticas de inclusão sejam implementadas para proteger os estudantes contra discriminação, bullying e violência com base em gênero. Ao promover uma abordagem ética e inclusiva que respeite a diversidade de identidades de gênero, as escolas têm o poder de transformar a cultura escolar e contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

Infelizmente, a abordagem da diversidade sexual nas escolas ainda enfrenta diversos desafios. Muitos educadores necessitam de capacitação e formação para lidar com a temática, o que resulta em práticas negligentes que não abordam a diversidade sexual de forma apropriada e contextualizada. O resultado disso é a perpetuação de estereótipos, preconceitos e a marginalização de pessoas que não se encaixam nos padrões tradicionais de gênero e sexualidade. Santos (2016) acrescenta uma análise quando aborda esse tema:

> a sexualidade rompe com os determinantes que a associam ao sexo reprodutivo, ao pecado, aos binarismos e ao padrão heteronormativo e contribui para o engajamento político e afetivo das pessoas na construção dos conhecimentos e na vivência dos seus desejos, identificações/identidades. (SANTOS, 2016, p. 75).

Diante desse cenário, é fundamental repensar o papel do ensino de Ciências na abordagem da diversidade sexual. O currículo tradicional muitas vezes aborda a sexualidade apenas de forma biológica, enfatizando aspectos reprodutivos e fisiológicos. Essa abordagem reducionista é insuficiente e reforça a visão de que a sexualidade se limita à reprodução, ignorando sua dimensão histórica, social e cultural, como é tratado por Campos (2014): "a

abordagem de aspectos biológicos da sexualidade (aparelho reprodutor, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos) pelo professor da área de Ciências, mantendo-se o (currículo sexual oculto)". Diante disto, as organizadoras do livro *Gênero e Diversidade na Escola* destacam:

> existe um "currículo sexual oculto" na formação escolar que ensina a normalização das expressões de gênero, o modelo do casal heterossexual reprodutor, a família nuclear, a hierarquização dos gêneros, a exclusão de orientações sexuais diferentes etc. (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 180).

A normalização das expressões de gênero, o modelo do casal heterossexual reprodutor e a família nuclear tradicional são exemplos de concepções que são amplamente promovidas pela sociedade e, portanto, podem acabar sendo reforçadas na escola. Dessa forma, a desconstrução do gênero e do currículo sexual oculto nas escolas é fundamental para que o ensino de Ciências e demais áreas não reforcem a heteronormatividade, mas sim promovam uma educação que acolha as múltiplas vivências da sexualidade e das estruturas familiares.

3.2 A desconstrução de normas de gênero e sexualidade através de projetos pedagógicos interdisciplinares

Santos (2016) aborda a temática da "Desconstrução de normas de gênero e sexualidade através de projetos pedagógicos interdisciplinares". Neste artigo, a autora ressalta que a escola é um território de trocas e disputas culturais, onde ocorre a construção, ressignificação e afirmação de identidades de gênero e sexualidade. Ela envolve diversas culturas, credos, valores e conhecimentos, exigindo um tratamento respeitoso que valorize e garanta os direitos relativos à aprendizagem e ao diálogo horizontalizado.

Nesse contexto, a desconstrução de normas de gênero e sexualidade se revela como uma abordagem fundamental para promover uma educação escolar inclusiva e respeitosa da diversidade humana. Ao romper com estereótipos e preconceitos arraigados, a escola tem o poder de criar um ambiente mais acolhedor e seguro para todos os estudantes. Essa desconstrução permite que os alunos e alunas se percebam como sujeitos de direitos, empoderados para serem autênticos e livres para expressarem sua individualidade.

Nesse sentido, projetos pedagógicos interdisciplinares desempenham um papel essencial na promoção de uma educação comprometida politicamente, orientada para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através de uma abordagem que transcende as fronteiras disciplinares, esses projetos podem abordar questões relacionadas à diversidade sexual de forma mais ampla e profunda. Eles possibilitam debates e reflexões que conectam diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma compreensão mais holística das questões de gênero e sexualidade.

Santos (2016) destaca que a educação escolar pública deve ser politicamente comprometida e orientada pelo projeto de sociedade, de humanidade e de cultura que pretende e defende:

> A educação escolar, como campo que produz, partilha e ressignifica conhecimentos e culturas, promove a relação entre pessoas, espaços e saberes. A educação escolar, intencional, por isso mesmo, politicamente comprometida, está orientada e orienta o projeto de sociedade, de humanidade, de cultura que pretende e que defende. (SANTOS, 2016, p. 73).

Ela reforça que a educação escolar não é apenas o somatório dos projetos familiares, mas uma política pública com objetivos cognitivos e de socialização alinhados com a ética, moralidade e o ordenamento jurídico do país. A escola pública deve buscar uma educação laica, justa e sem preconceitos, dialogando com as famílias, mas não se submetendo a projetos particulares. A autora destaca a importância da energia envolvida na construção do conhecimento transformador, que envolve intervenção crítica diante das desigualdades sociais e culturais. Ela faz referência ao "Eros pedagógico" de Hooks (2010), uma força que intensifica o esforço de autorrealização e a base epistemológica para explicar como conhecemos:

> Na medida em que nós, professoras e professores, carregamos esta paixão, que tem de estar fundamentalmente enraizada num amor pelas ideias que somos capazes de inspirar, a sala de aula se torna um lugar dinâmico no qual transformações nas relações sociais são concretamente realizadas e a falsa dicotomia entre o mundo externo e o mundo interno da academia desaparece. Isso é, sob muitos aspectos, uma coisa ameaçadora. (HOOKS, 2010, p. 119).

Essa paixão envolvida na construção do conhecimento é um poderoso instrumento para desafiar e desconstruir as normas tradicionais de gênero e sexualidade, permitindo a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa. A distância entre o conteúdo pedagógico e o conteúdo cultural, vivido pelas crianças e jovens, muitas vezes, possibilita uma maior manipulação da mídia em relação às suas identidades, práticas de consumo e hábitos que envolvem a sexualidade. De acordo com a perspectiva apresentada por Santos (2016), é preocupante o distanciamento do conteúdo pedagógico abordado nas escolas e a realidade cultural vivenciada pelas crianças e jovens. Essa discrepância pode abrir espaço para uma maior influência da mídia na construção de suas identidades, influenciando suas percepções e comportamentos, como utilizado por Andrade (2013, *apud* SANTOS, 2016, p. 79-80):

> Os discursos veiculados através da mídia são endereçados e interessados e buscam atingir o público a que se destinam através de incessantes estratégias de convencimento que levam as pessoas a se identificarem (ou não), a sentirem-se nomeadas, visibilizadas e valorizadas nesses discursos midiáticos. Ao mesmo tempo, esses discursos atendem à lógica capitalista do mercado de consumo. A mídia e seus infinitos produtos tornaram o corpo um artefato do mercado econômico e sociocultural (ANDRADE, 2013, p. 110).

Conclui-se, portanto, que a interdisciplinaridade e o "Eros pedagógico" são ferramentas vitais para conectar o conhecimento escolar à realidade cultural dos estudantes,

empoderando-os contra as imposições midiáticas e normativas sobre seus corpos e identidades, tornando a sala de aula um espaço dinâmico para a construção de uma sociedade mais igualitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da temática da diversidade sexual na educação é de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo. A educação tem sido influenciada por estereótipos e preconceitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, o que pode resultar em um ambiente escolar não inclusivo e prejudicial para estudantes LGBTQIA+. Desconstruir esses estereótipos é essencial para criar um espaço educacional seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A desconstrução dos estereótipos significa questionar e desafiar as ideias preconcebidas que as pessoas têm sobre indivíduos LGBTQIA+. Isso inclui combater noções equivocadas, como a ideia de que a diversidade sexual é apenas uma fase que as pessoas eventualmente superarão, ou que é uma questão moralmente errada. No entanto, essa inclusão enfrenta resistências, especialmente em culturas ou contextos religiosos onde a diversidade sexual é considerada tabu. Uma das principais resistências é a noção de "sexualização precoce", que ignora deliberadamente as estatísticas nacionais de violência sexual, gravidez na adolescência e infecções transmissíveis. É fundamental esclarecer que a educação sexual visa proteger os estudantes contra a violência e a discriminação.

A legislação brasileira reflete a importância da promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual, estabelecendo a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" como princípio do ensino. Para compreender a relevância dessa discussão, é fundamental considerar a construção social do conceito de gênero e da sexualidade humana. Gênero não é uma categoria biológica e fixa, mas uma construção cultural e histórica.

Nesse contexto, a desconstrução de normas de gênero e sexualidade é essencial para promover uma educação escolar inclusiva. Projetos pedagógicos interdisciplinares desempenham um papel crucial nessa promoção, possibilitando debates e reflexões que conectam diferentes áreas do conhecimento. A paixão pela busca do conhecimento, representada pelo "Eros pedagógico" de Hooks, é uma força motriz para a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

Ainda enfrentamos desafios, como a necessidade de formação e capacitação dos educadores, o repensar do papel do ensino de Ciências na abordagem da diversidade sexual e a promoção de uma abordagem ética e inclusiva que respeite a diversidade de identidades de gênero no ambiente escolar numa perspectiva dos direitos humanos. A inclusão da diversidade sexual na educação é uma tarefa coletiva que envolve toda a sociedade e pode gerar um ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e seguro, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados. Essa é uma responsabilidade compartilhada por todos nós na construção de uma sociedade mais igualitária e que respeite a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

AGNOLETI, Michelle Barbosa; NETO, José Baptista de Mello. Dignidade sexual e diversidade humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. (Org.). Coletânea de pesquisas em Gênero e diversidade na escola: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 53-68.

ANDRADE, Sandra. Mídia, corpo e consumo. In: SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BARRETO, Maria de Lourdes; ARAÚJO, Maria de Fátima; PEREIRA, Maria Izabel. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file. Acesso em: 10 ago. 2023.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. Ciência & Educação, Bauru, v. 21, n. 1, p. 1-18, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. Sem fraude nem favor: estudos sobre homossexualidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FEMENÍAS, María Luisa. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 310-339, 2012.

FURLANI, Jimena. Educação sexual e diversidade: reflexões para a escola. Salvador: EDUFBA, 2020.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

JUNQUEIRA, Roger Dupeyrat. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo. Educ. Policy, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 1-20, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do "Escola Sem Partido". Revista Sul-Americana de Ciência Política, Brasília, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Mayana. Conexões empíricas para a pesquisa em gênero e sexualidade na educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, p. 1-22, 2021.

RIOS, Luíz Mott. O que é homofobia. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.